

**Trabalho, contextos históricos e sua relação com adoecimento no ambiente educacional****Ana Aristenia Lima Mendes**

Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, Ceará, Brasil

**Antônia Solange Xerez Pinheiro**

Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, Ceará, Brasil

**João Marcos Saturnino Pereira**

Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, Ceará, Brasil

**RESUMO**

No contexto atual, marcado pela crise estrutural do capital e pela hegemonia das políticas neoliberais, constata-se que o trabalho docente tem sido atravessado pela lógica produtivista, o que tem conduzido muitos professores ao adoecimento psíquico. Diante dessa realidade, o presente artigo teve como objetivo compreender os modelos de produção do trabalho, sua relação com a educação e as implicações desse processo no sofrimento mental dos docentes. Para alcançar esse propósito, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, fundamentada na análise crítica de produções acadêmicas que discutem a temática, buscando evidenciar como as transformações no mundo do trabalho repercutem nas condições e na saúde psíquica dos professores. Desta maneira pretendemos dar visibilidade à articulação presente entre as categorias descritas para que ações sejam realizadas a fim de minimizar o adoecimento da categoria.

**Palavras-chave:** Trabalho. Educação. Adoecimento Psíquico. Neoliberalismo.**Work, Historical Contexts and their Relationship with Illness in the Educational Environment****ABSTRACT**

In the current context, marked by the structural crisis of capital and the hegemony of neoliberal policies, it is observed that teaching work has been shaped by a productivist logic, leading many teachers to psychological distress. In view of this reality, this article aims to understand the models of work production, their relationship with education, and the implications of this process for teachers' mental suffering. To achieve this purpose, a qualitative bibliographical research was conducted, based on the critical analysis of academic studies addressing the topic, seeking to highlight how transformations in the world of work affect teachers' working conditions and mental health. In this way, we intend to give visibility to the interconnection between the described categories so that actions can be developed to minimize the psychological suffering of the teaching profession.

**Keywords:** Work. Education. Mental Illness. Neoliberalism.

## 1 INTRODUÇÃO

Falar sobre o trabalho envolve compreender que, ao longo do tempo, seu entendimento passou por diversas transformações em função das exigências sociais e dos diferentes modelos de produção pertinentes a cada época e sociedade. Essas mudanças se refletem em todos os aspectos da vida social, inclusive no campo educacional. É importante lembrar que a transição de uma forma de produção para outra não ocorre de forma uniforme, nem tampouco de maneira pacífica.

Cabe destacar que, ao mesmo tempo em que o trabalho apresenta aspectos positivos para a constituição do ser humano, ele também enfrenta desafios. O trabalho é uma categoria fundante do ser social, ultrapassando seu aspecto econômico relacionado à sobrevivência e estendendo-se à construção da identidade humana, com a mobilização da inteligência, a transformação da natureza e a própria transformação dos seres humanos. Nesse sentido, Paschoalino e Altoé (2015, p.10) afirmam: “A humanização não é uma dádiva divina ou natural, nem precede a existência do homem, mas é produzida pelos próprios seres humanos, por meio do trabalho”.

Entre os aspectos não positivos, destaca-se, por exemplo, a contradição que pode existir entre as exigências dos ambientes laborais e as imposições que, muitas vezes, entram em conflito com a subjetividade humana. Essa contradição pode ser compreendida ao estudar os modelos de produção e a evolução organizacional, evidenciando uma forma de exploração do trabalhador, historicamente validada pela organização do trabalho, que frequentemente culmina em sofrimento e, posteriormente, pode se transformar em adoecimento.

Cicone e Moraes (2016, p.13) descrevem essa contradição da seguinte forma: “Veja que temos duas dimensões do trabalho: uma ‘positiva’, que constitui o ser social; outra ‘negativa’, que transforma o trabalho em um fardo, em uma alienação, em um sacrifício cotidiano”. A própria origem da palavra trabalho, derivada do latim *tripalium*, equipamento associado à tortura, reforça essa dualidade apontada pelos autores.

De modo semelhante, observa-se essa mesma dualidade ao analisar os modelos de educação existentes em cada período histórico. Para uma pequena parcela da população, a classe dominante, a educação cumpre a função de aquisição de conhecimentos indispensáveis à existência humana e à vida em sociedade. Para a maioria, a classe dominada, a formação é

voltada exclusivamente ao exercício do trabalho, reforçando desigualdade de oportunidades, a divisão social e técnica do trabalho e a reprodução das hierarquias sociais.

Diante disso, o presente artigo teve como objetivo compreender os modelos de produção do trabalho, sua interligação com a educação e as consequências desse processo no adoecimento psíquico dos professores. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, por meio de levantamento bibliográfico, com análise crítica de livros, artigos, teses e dissertações que abordam a temática, incluindo os estudos de Andery (2014), Antunes (2025), Resende (2020), entre outros.

## 2 METODOLOGIA

Para a realização do estudo, realizamos uma pesquisa bibliográfica, fazendo uso de uma abordagem qualitativa. Para Lakatos e Marconi (2010) a pesquisa bibliográfica consiste “[...] consiste na revisão e análise crítica de trabalhos já publicados, como livros, artigos, teses e dissertações, com o objetivo de fundamentar teoricamente um estudo e situá-lo no contexto científico da área.”

Nesse sentido, como forma de uma primeira aproximação ao objeto de estudo, abrimos mãos da análise de teses e dissertações e recorreremos apenas a livros e artigos, publicados de forma impressa e eletrônica, necessários para subsidiar a discussão do tema. Dessa forma, recorreremos a publicações que discutiam o adoecimento psíquico e sua relação com os profissionais da educação.

Por outro lado, quanto a abordagem, Minayo (2014, p. 21) esclarece que a pesquisa que se utiliza de uma abordagem qualitativa [...] “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.”

No que diz respeito aos objetivos, a pesquisa classifica-se como exploratória. Segundo Gil (2002, p. 44), a pesquisa exploratória pode ser entendida como aquela que busca proporcionar ao pesquisador maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, sendo especialmente útil quando se conhece pouco sobre o fenômeno estudado.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desde os primórdios da humanidade, identifica-se a presença do trabalho como elemento fundamental a sobrevivência do ser humano. Em um primeiro momento, este se voltava essencialmente a subsistência, caracterizando-se por práticas próprias de sociedades nômades, cuja economia era predominantemente extrativista e isolada. O trabalho era realizado de forma complementar ao da natureza, por meio da coleta de frutos e da pesca voltada ao consumo imediato. Neste contexto, não havia uma preocupação com a acumulação ou com a geração de riqueza.

Transpondo-se ao campo educacional, neste período, observa-se que todos da comunidade contribuíam com o processo educacional, não havendo, portanto, um caráter individual, mas uma formação coletiva, em que através da observação os ensinamentos ocorriam de forma espontânea, com os mais jovens aprendendo com os mais velhos por meio da produção material da existência humana, isto é, das relações de trabalho (Ponce, 2015).

Este cenário começa a mudar com o surgimento da agricultura, supostamente descoberta pelas mulheres, que em função da maternidade tinham mais dificuldades para os deslocamentos constantes que a vida nômade demanda. Neste sentido, Albornoz (2012, p.17) observa que “Há também a suposição de que tenham sido as mulheres quem tenha forçado o desenvolvimento inicial da agricultura, colaborando para superação do nomadismo dos povos caçadores”. Essa importante descoberta permite o sedentarismo, através do conhecimento do clima e da terra, possibilitando uma produção de excedente, que não é imediatamente consumido, para posterior comercialização através da troca do que foi produzido a partir do trabalho. Ponce (2015, p. 24) esclarece o processo evolutivo, mencionado acima, da seguinte forma:

Mas a divisão da sociedade entre “administradores” e “executores” não teria levado a formação de classes, tal como hoje a conhecemos, se outro processo paralelo não tivesse ocorrido ao mesmo tempo. As modificações introduzidas na técnica- especialmente a domesticação de animais e o seu emprego na agricultura, como auxiliares do homem-aumentaram de tal modo o poder do trabalho humano que a comunidade, a partir desse momento, começou a produzir mais que o necessário para seu sustento. Apareceu um excedente de produtos [...] Cada um dos produtores, aliviado um pouco do seu trabalho, passou a produzir para suas próprias necessidades e também para fazer troca com as tribos vizinhas.

Nesta evolução histórica entra em cena um fato importante desenvolvido na sociedade Greco-Romana, pois é no interior dessas sociedades antigas que surgiu o primeiro modelo de organização do trabalho: o trabalho o escravo. No referido modelo existia, assim como nos dias atuais, a separação entre trabalho manual e o trabalhado voltado a razão, sendo o primeiro braçal, desgastante, realizado através do esforço físico e considerado não positivo, assim, desenvolvido por escravos, que sequer eram considerados pessoas.

Com uma economia predominantemente agrícola, a produção realizada pelos escravos pertencia aos seus senhores, enquanto cabia aos cidadãos dedicar-se as atividades intelectuais - que nem sequer eram consideradas trabalho. Essa divisão social desestimulava a atividade inventiva e acabou resultando na estagnação econômica. Como explica Porto, (2008, p.24). “O escravismo, como modelo de produção, contudo, ao pautar-se na premissa de que o ser humano digno não deveria trabalhar, desestimulou a atividade inventiva contribuindo para a estagnação da economia”.

Se caberia somente aos “cidadãos” as atividades intelectualizadas, também caberia somente aos mesmos o acesso à educação, o que é confirmado pela fala de Cicone e Moraes (2016, p. 15) “O dualismo escolar tem origem nesse processo, pois aquilo que as classes dominantes necessitavam conhecer não era o mesmo que as classes dominadas. Durante um longo processo histórico, somente as classes dominantes tiveram acesso à educação”.

Mesmo com o declínio do escravismo, devido aos altos custos para manutenção dos escravos, as estruturas de desigualdade que o sustentavam não se desintegraram; ao contrário, emergiram sob novos modos de produção. Assim, a transição para o sistema feudal não representou a superação da exploração do trabalho, mas sua continuidade sob outras formas, em que no topo da pirâmide encontrava-se o Clero, com a igreja como a grande detentora da riqueza da época – as terras; a nobreza, composta principalmente pelos senhores Feudais; e em sua base os Servos, que continuava em uma situação ainda muito similar a anterior – escravo, pois, agora, na situação de liberto, era o responsável não somente pela sua subsistência, como também das demais classes. Huberman (1986, p.6) questiona esse modelo de libertação da seguinte forma: “o camponês era então um escravo? na verdade chamava-se de “servos” a maioria dos arrendatários, da palavra latina *servus*, que significa escravo.”

As sociedades feudais tinham sua economia voltadas para subsistência, através de uma economia agrária, sendo os feudos, praticamente autossuficientes, pois inexistia o dinheiro. As

relações existentes eram denominadas vassalagem ou servil, sendo que nesta segunda, o trabalhador era detentor dos seus instrumentos de trabalho.

Como a grande detentora do poder e das riquezas, a igreja, neste período, teve um papel fundamental em diversas esferas, sendo isso refletido inclusive no campo educacional, mediante a proibição das leituras existentes, culminando em grande analfabetismo e passando a perseguir todos que discordassem ou questionassem suas regras, seus dogmas, sendo considerados hereges. Cicone e Moraes falam da seguinte forma sobre este momento:

O ensino clássico foi substituído, no início do Período Medieval, pela escola cristã, que funcionava ao lado dos centros religiosos (monastérios, abadias etc.) e preocupava-se, fundamentalmente, com a formação de funcionários do estado, quase todos religiosos por serem praticamente os únicos alfabetizados. (Cicone; Moraes, 2016, p. 44).

A estrutura Feudal também não se sustentou com a evolução econômico-social, proporcionando o chamado êxodo rural, que permitiu o crescimento urbano e o surgimento de atividades comerciais, ultrapassando as atividades agrícola vigentes a época. Todas essas alterações resultaram mudanças tanto na vida pessoal quanto laboral da sociedade da época. A saída do âmbito familiar, que também era o ambiente de trabalho de muitos, para um lugar de impessoalidade das cidades, pode ser considerado um grande marco do período. Com base nisso, Andery *et al.* (2014, p. 166) acrescenta que “Como a expansão das cidades passaram a oferecer trabalho a um maior número de pessoas, que para lá se dirigiam, as cidades livres ofereciam asilo aos servos fugitivos dos domínios senhoriais”.

A revolução industrial ocorrida entre os séculos XVIII e XIX, nos fins da Idade Média e início da Idade Moderna, marca o rompimento das formas servis de força de trabalho, e o surgimento do capitalismo enquanto um novo modo de produção, tendo em sua base o trabalho não mais do servo, mas sim do proletariado, um trabalho assalariado, no qual para garantir a sua subsistência a sua mão de obra passa a ser convertida em uma mercadoria capaz de produzir outras mercadorias. Dessa forma, esses trabalhadores que se vendem em parcelas, vistos como uma mercadoria, passaram a ficar expostos a todas as vicissitudes da concorrência e a todas as flutuações do mercado (Marx; Engels, 2016).

O capitalismo modificou totalmente a forma como o trabalho passa a ser concebido:

É com o surgimento do capitalismo que se constrói e se consolida uma mudança mais visível na reflexão sobre o trabalho. Compete-nos questionar:

por quê? Para Marx (1983), as novidades na concepção do trabalho refletem as mudanças concretas na organização do trabalho e na sociedade. Para ele, dois fatos principais demarcaram o surgimento da produção capitalista: a ocupação pelo mesmo capital individual de um grande número de operários, estendendo seu campo de ação e fornecendo produtos em grande quantidade, e a eliminação (dentro de certos limites) das diferenças individuais, passando o capitalista a lidar com o operário médio ou abstrato. (Zanelli; Andrade; Bastos (2014, p. 28).

Diferente do período anterior, em que o lucro vinha do comércio, no capitalismo, o lucro vem da produção fabril e da exploração da força de trabalho, para tanto, as tarefas intelectuais e as manuais são considerados trabalho, pois o objetivo do capitalismo é a acumulação de riquezas materiais, em que de um lado está o dono do capital e do outro os detentores da força de trabalho, caracterizando a divisão social do trabalho e a dominação e exploração do homem pelo homem em prol da acumulação dos lucros e da expansão do capital.

Essas mudanças econômicas influenciam o contexto cultural e científico da época, ganhando destaque a mudança na forma de produção dos conhecimentos científicos, que influenciará também a forma de organização educação, principalmente com o modelo racionalista defendido por Descartes (1596-1650) e o modelo empirista defendido por Bacon (1561-1626), que demanda uma nova forma de educação, criando-se neste período, as escolas, uma vez que as indústrias demandavam por mão de obra e a formação de indivíduos, capaz de se adequarem as novas relações políticas, econômicas e sociais da sociedade capitalista. Cicone e Moraes (2016) ressaltam que esse movimento histórico revela a emergência de uma nova função social para a educação.

É nesse contexto cultural e científico mais amplo que as necessidades de novos setores sociais por uma educação que os preparassem para a liderança e para administração dos negócios e dos assuntos políticos surgiram. Os colégios aparecem e se transformam em um novo espaço de educação para a pequena nobreza e para a burguesia em contraposição à educação medieval. Cicone e Moraes (2016, p.58).

Os trabalhadores, agora centrados nas indústrias são submetidos a péssimas condições de trabalho, sem qualquer controle sobre a produção ou mesmo conhecimento do conteúdo do seu trabalho, resultando em uma total falta de sentido ao processo de produção, pois, diferente dos períodos anteriores, a pessoa que trabalhava se reconhecia em seu produto, o que ajudava não somente na construção de sua identidade profissional, mas, também, na identidade pessoal, conferindo sentido e realização do sujeito que trabalhava.

Frente a esse contexto surge, entre os trabalhadores, um sentimento de solidariedade que começa a questionar as condições vigentes de trabalho e de vida, sendo destaque nesse contexto e forma de pensar a realidade as contribuições de Karl Marx sobre as relações de trabalho, tendo como base o materialismo histórico e dialético, no qual mostra que a realidade histórica de determinado período influenciará as ideias e estas estão em permanente contradição.

Os estudos de Marx foram cruciais para a construção de uma consciência de classe e do sistema de cooperação, pensado de forma mais coletiva e menos individual, o que culmina com a formação dos sindicatos. Segundo este teórico o trabalho deve ser humanizador contribuindo para que o homem, através da modificação da natureza, não somente atenda suas necessidades, mas também produza conhecimentos, transformando a si mesmo. Porém, o capitalismo retira esta possibilidade tornando o trabalho alienador, explorador, monótono e discriminante, tirando o fator criativo e contribuindo para o sofrimento do trabalhador.

Diante disso, Mendes (2014, p. 31-32) contribui afirmando que:

A vivência de sofrimento, atualmente, é caracterizada pela presença de ao menos um dos seguintes sentimentos: Medo, insatisfação, insegurança, estranhamento, desorientação, impotência diante das incertezas, alienação, vulnerabilidade, frustração, inquietação, angústia, depressão, tristeza, agressividade, impotência para promover mudança, desgaste, desestímulo, desânimo, sentimento de impotência, desgaste físico, emocional, desvalorização, culpa, tensão e raiva. A vivência de prazer, por sua vez, pelos sentimentos de reconhecimento, identificação, orgulho pela atividade em si, realização e liberdade.

Diante da citação acima, observa-se que diversos desses sentimentos que caracterizam o sofrimento são intensificados com o processo produtivo desenvolvido no capitalismo. Esse fato pode ser constatado também através das propostas de Frederick Taylor, criador do modelo de organização e gerenciamento de produção conhecido como Taylorismo. Diferente das ideias de trabalho discutidas por Marx, o modelo Taylorista foi fortemente influenciado pelo positivismo, corrente baseada nas ideias iluministas de valorização da razão e da objetividade. Assim, o sistema de produção proposto por Taylor acabou por intensificar a alienação presente tanto no processo produtivo quanto na vida do trabalhador.

Tal modelo, denominado organização científica do trabalho, é caracterizado por uma disciplina rígida, defendendo a máxima divisão do trabalho para que as tarefas se tornem simples e executadas com maior rapidez, através da lógica do tempo padrão em que as tarefas devem ser executadas em um período de tempo predefinido, havendo, com isso, uma seleção

científica do trabalhador através da aptidão e do treino, com a finalidade de aumentar sua habilidade e consequentemente a produtividade dos trabalhadores e da produção dos bens de valores, consolidando, assim, ao longo da história o termo linha de produção.

Outra característica neste modelo é a divisão entre a execução do trabalho manual e o intelectual. Assim como no período escravocrata, o trabalho intelectual deve ser realizado por gerentes, que planejam e controlam o processo produtivo, enquanto aos trabalhadores cabe apenas a execução das tarefas, marcada pela obediência e submissão, sendo indispensável, para isso, a disciplina que resulta em uma total sujeição desse trabalhador, desconsiderando sua criatividade e autonomia frente seu processo de trabalho. Paschoalino e Altoé (2015, p. 24) sintetizam esse modelo de produção da seguinte forma: “No final do século XIX, Frederick Taylor ensaiou a medição milimétrica do tempo de produção, na perspectiva Taylorista cada fração de tempo deveria ser bem aproveitada”

No crescente objetivo de potencializar a produção, Henry Ford insere a esteira rolante ao processo produtivo, avançando na padronização das atividades através do controle do ritmo, agora determinada não somente pela supervisão humana, mas, pela tecnologia. Neste sentido, como explica Resende (2020):

No contexto da produção em massa, Henry Ford inseriu à produção a esteira rolante. Assim, as peças eram levadas até o trabalhador, sem que este precisasse se deslocar do seu posto de trabalho, de modo que, durante todo o período que estivesse na indústria, estaria efetivamente trabalhando, incorporando-se a repetição contínua da linha de montagem, que instigava uma completa alienação das outras etapas da produção e do próprio produto final. (Resende, 2020, p. 284).

Assim como no Taylorismo, o Fordismo contribui para que o trabalhador não se reconheça diante da fragmentação e consequente esvaziamento de sua produção, uma vez que a máquina é a responsável pelo ritmo, velocidade e a produção, reforçando o caráter de esvaziamento do trabalho humano. Esse esvaziamento é percebido em todas as esferas de trabalho, inclusive na educação, que, aos poucos vai deixando de transmitir os conhecimentos, para focar-se na formação de mão de obra alienada as demandas industriais, tal como declara Cicone e Moraes (2016, p.118-119): “A escola teria a função de preparar o jovem para o trabalho e para a atividade prática, visando o aumento da eficiência”

No referido contexto, apresentamos a teoria da Psicodinâmica do Trabalho, criada por Christophe Dejours, na França, em 1990. Inicialmente baseada na psicopatologia do trabalho — campo que buscava compreender a relação direta entre a atividade laboral e o adoecimento —, a teoria amplia esse entendimento ao superar a lógica de causa e efeito. Dejours propõe um novo olhar sobre a produção do sofrimento no ambiente laboral e sobre as estratégias que os trabalhadores elaboram para lidar com ele, o que explica por que, diante de uma mesma situação, algumas pessoas adoecem enquanto outras não. Partindo desse novo olhar, cria-se a psicodinâmica, que, segundo Mendes (2007, p. 29) “[...] é construída com referenciais teóricos da psicopatologia, evoluindo para uma construção própria, em função dos avanços da pesquisa, tornando-se uma abordagem autônoma com objeto, princípios, conceitos e métodos particulares.”

Segundo Dejours (2022) para que se compreenda as vivências de sofrimento e adoecimento nos ambientes laborais três aspectos devem ser investigados: A organização do trabalho, as condições do trabalho e as relações interpessoais. O autor explica que as organizações são compostas por duas formas de atividades: a primeira, denominadas “Prescritas”, são as ações esperadas do trabalhador e que estão definidas em metas, escritos, em normas e manuais, estando previamente estabelecidas, normatizadas e quantificadas, fato este que contribui para a alienação do trabalho e foi altamente difundida com surgimento do modelo Taylor-Fordista. O autor esclarece que a separação do trabalho manual-intelectual, com a divisão excessiva do trabalho e movimentos ritmados, traz a impossibilidade de vivência de prazer no trabalho, contribuindo para adoecimentos, especialmente de ordem psicossomática, uma vez que este equipara-se a uma máquina e reduz sua capacidade de pensar.

Altamente criticado, o modelo Taylorista-Fordista, juntamente baixo crescimento econômico, cede espaço ao modelo de produção Toyotismo, idealizado por Taiichi Ohno abrindo espaço para a produção flexível, ou seja, a produção deveria ocorrer de forma proporcional a demanda do mercado, havendo um estoque mínimo de produto, utilizando para isso o princípio da produção *just in time*. A mudança no modelo de produção é perpassada automaticamente a forma como a mão de obra é executada, aparecendo a ideia do trabalhador “multitasker”, ou seja, o trabalhador é aproveitado em diversos setores do ambiente laboral, conduzindo diversas máquinas ao mesmo tempo, para tanto, o ideal é o profissional generalista, em contradição ao especialista dos modelos anteriores.

O controle dos modelos anteriores continua com o Toyotismo, porém, agora de forma mascarada, através da ideia de que o trabalhador participa de todo processo de trabalho, inserindo nos mesmos uma pseudoliberdade, fato que pode ser observado com o aparecimento da conceituação de terceirização. Resende, (2020, p. 285) sobre acrescenta que:

(...) no modelo toyotista de produção havia a subcontratação de fornecedores e empresas especializadas. Assim, nesse modelo, propõe-se a concentração da indústria em sua atividade nuclear, e as tarefas periféricas da produção eram entregues a empreendedores especializados naquela atividade, produzindo mercadorias diversificadas e conforme o mercado demandava.

A precarização do trabalho observada desde o trabalho escravo, e intensificada pelos modelos de produção: taylorismo, fordismo e o toyotismo, ultrapassa os ambientes da indústria e das fábricas e passa a ser exercida em todas as atividades laborais, inclusive na educação, atingindo, com mais veemência, os professores. Sobre esse ponto Lima (2011, p. 91) nos esclarece que na esteira da precarização do trabalho na sociedade atual “[...] os professores da rede pública estão submetidos a relações de trabalho em regimes terceirizados e em substituições ‘temporárias’ que se arrastam pela falta de concursos públicos para suprir a demanda de vagas.” Além disso, podemos destacar as péssimas condições de trabalho, salas superlotadas, desvalorização profissional e salarial, pressão por parte das gestões por resultados nas avaliações externas, falta de apoio, de condições objetivas e de políticas públicas que busquem melhorar as condições de trabalho, os salários e a valorização da profissão-professor.

Não bastasse os processos relatados acima, o modelo toyotista vai introduzindo características da passagem da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, com o trabalho centrado na indústria cedendo espaço ao setor de serviço, permeado pelo aumento do uso de tecnologias digitais no ambiente da indústria. Assim, é possível verificar uma nova forma de organização do trabalho, exigindo como perfil profissional um trabalhador flexível que deve concentrar-se em metas, regras e resultados do trabalho, culminando cada vez mais na perda de significado ao trabalho e no intenso sofrimento.

Nesse contexto, a escola passa a ser equiparado também como uma indústria, trabalhando com metas e os gestores assumindo a posição de gerente da produção, não cobrando a produção de bens, mas de resultados nas avaliações.

Como consequência dessas relações, na educação presenciamos profissionais desestimulados com a profissão, ansiosos e estressados frente as cobranças por melhores

resultados nos rankings das avaliações externas. Tudo isso em um ambiente que leva em conta e responsabiliza apenas o trabalho dos professores pelo fracasso ou sucesso dos alunos, desconsiderando, por outro lado, o desenvolvimento de políticas públicas que possam contribuir com o desenvolvimento de uma prática pedagógica que possibilite o processo de ensino e aprendizagem de forma satisfatória, com aprendizagens significativas em um ambiente escolar, com relações humanas, tendo como fim maior a formação, realmente, integral dos alunos.

Frente a isso, não podemos perder de vista que o neoliberalismo, ultrapassando as ideias do liberalismo clássico criado por Adam Smith, surge como uma possível saída para a crise econômica capitalista dos anos 1970, na qual o seu alcance é tão intenso que pode ser percebido não somente em uma escala global, mas também na esfera da subjetividade humana.

Vejamos o que diz Safatle, Junior e Dunker (2023, p. 24) sobre esta questão:

Neste sentido, a noção de “gestor” do sofrimento psíquico ganha importância em dois sentidos, a saber, como aquele que gera e aquele que gerencia. Pois o sofrimento psíquico é não apenas produzido, mas, também gerido pelo neoliberalismo. Por isso, cabe compreender o neoliberalismo como uma forma de vida no campo do trabalho, da linguagem e do desejo.

Mais uma vez os trabalhadores são oprimidos e inclusive culpabilizados pela crise com os princípios neoliberais, como afirmam Basso e Neto (2014, p.2-3):

Hayek e seus companheiros defendiam que as causas da crise estavam no movimento operário, que com suas reivindicações por melhores salários e pressão para que o Estado gastasse mais com o bem estar social, destruiu os níveis necessários de lucros das empresas e com isso fez disparar a inflação, que logo desencadearia uma crise generalizada.

No Brasil, a influência neoliberal inicia-se na ditadura militar e vai ganhando mais espaço nos governos seguintes, tendo seu maior desdobramento no governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio da reforma gerencial no Brasil, introduzindo ao setor público o modelo empresarial, em que o Estado define metas e bonifica de acordo com desempenho. Tal modelo conduz a péssimas condições de saúde, educação e trabalho, gerando exclusão social, incentivando a competitividade e o individualismo, o que vem contribuindo cada vez mais para o adoecimento dos profissionais que se veem rodeados de prescrições. Correlacionado com a educação, Silva (2018, p. 42) destaca que “[...] os professores são obrigados a organizarem a sua prática conforme as orientações que recebem nas formações via programas e projetos educacionais, para que seus alunos atinjam o nível cobrado nessas avaliações”.

É neste contexto que a educação passa a reforçar a necessidade de voltar-se para a formação de mão de obra para o mercado. Esse movimento pode ser observado com a promulgação da terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/1996, que, embora tenha possibilitado o acesso escolar, deixou lacunas quanto à qualidade do ensino. Para atender as demandas produtivas, os conteúdos curriculares foram reduzidos, priorizando-se a formação voltada ao mercado de trabalho.

Tal orientação educacional baseou-se no modelo de organização e gerenciamento da produção conhecido como toyotismo, que se consolidou de forma hegemônica no Brasil a partir da década de 1970, em meio ao processo de reestruturação produtiva nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Esse modelo ganhou ainda mais força com a adoção das políticas públicas neoliberais na educação brasileira, especialmente a partir da década de 1990. Entre elas, destacam-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), fundamentados nas pedagogias das competências, cuja proposta visava formar indivíduos capazes de se adaptar às novas relações sociais e produtivas da sociedade capitalista, no contexto da crise do capital.

A partir das relações de trabalho que demanda o modelo de organização e de gerenciamento da produção pelo toyotismo, o controle passa a não ser mais exercido pelo tempo do relógio ou esteira, mas sim por meio da programação, facilitando ainda mais a subordinação do trabalhador, que agindo de forma individual a fim de garantir os resultados ver-se preso as metas que devem ser atingidas. Hodiernamente, tal como o taylorismo, fordismo e o toyotismo, o modelo de produção denominado “uberismo” tornou-se conhecido em função da empresa mais conhecida pelo trabalho via aplicativo ser a Uber. Esse modelo, que tem seu alcance aumentado pela crise econômica, aparece como uma possível solução diante do número de desemprego, no entanto, ele é caracterizado por uma total precarização das relações de trabalho, deixando os trabalhos em situação sem vínculo empregatício formal ou qualquer outro benefício e direito trabalhista, que foi conseguido através das lutas da classe trabalhadora.

Diante disso, Antunes (2025, p. 291) nos esclarece que:

O complexo corporativo da Uber é um outro exemplo expressivo. Nasceu nos Estados Unidos e em pouquíssimo tempo ganhou escala global. Na Uber, trabalhadores e trabalhadoras (contemplando a divisão sócios-sexual, racial e étnica do trabalhador) usam equipamentos próprios e arcam com a manutenção de seus veículos, sua alimentação etc., enquanto o “aplicativo” se apropria do sobretrabalho gerado pelos “serviços” de motoristas sem que se contemplem os deveres trabalhistas vigentes no país onde a plataforma opera.

A explicação acima nos faz questionar se realmente evoluímos desde o modelo de produção escravocrata, mostrando como o trabalho tem influência em todos os aspectos da vida humana, podendo contribuir para as vivências de prazer ou sofrimento para os trabalhadores em seus diversos cenários, inclusive na educação, que sobre influência do neoliberalismo, no qual a cada dia que passa cultiva ações que prejudica estudantes e adoecce professores.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, buscou-se constatar a importância do trabalho para os seres humanos, observando como o modo de produção, presente em cada período histórico, influencia a organização da sociedade e as relações de trabalho em seus diversos aspectos, com especial destaque para a educação.

Nesse sentido, constatou-se que, nas condições históricas atuais, a educação é fortemente influenciada pelas novas políticas neoliberais, impondo aos professores uma rotina de trabalho que, em alguns casos, pode acarretar o adoecimento psíquico, manifestando-se em transtornos como depressão, ansiedade e estresse, reflexo do trabalho alienado presente no modo de produção capitalista, acentuado pelo atual contexto de crise estrutural do capital.

A educação, ao longo da história, sempre esteve permeada por um dualismo, visível inclusive nos dias atuais, reforçado pelas ideias neoliberais, que se consolidaram com os modelos de organização e gerenciamento da produção, como taylorismo, fordismo e toyotismo. Tais modelos possibilitaram a separação entre trabalho manual e intelectual, contribuindo para a alienação dos alunos, que recebem uma formação fragmentada, com currículos desprovidos de conhecimentos significativos para a formação humana, voltados apenas para moldar o novo perfil de trabalhador demandado pela sociedade e pelo mercado capitalista.

Nesse contexto, o professor vivencia um trabalho resumido a prescrições e à transmissão sistemática e sequenciada de conhecimentos, orientada por metas e prazos, que, assim como nos contextos industriais, visa maximizar a produtividade. Esse enfoque faz com que o trabalho perca seu caráter criativo e crítico, culminando em sofrimento e adoecimento, afastando o docente de um ambiente saudável, alcançado quando o profissional tem contato com o inusitado e o imprevisível, aproximando-se de sua atividade real e capaz de avaliá-la e reconhecê-la.

## REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, S. **O que é o trabalho**. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- ANDERY, M, A. P. A. *at.al*. **Para Compreender a ciência: uma perspectiva Histórica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2014.
- ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3. ed., São Paulo: Boitempo, 2025.
- BASSO D.; NETO, L. B. As influências do neoliberalismo na educação brasileira: algumas considerações. **itinerarius reflectionis**, Itajaí, v. 1, n. 16, p. 1-15, 2014.
- CARELLI, R. de L. A terceirização no século XXI. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 79, n. 4, out./ dez. 2013. Disponível em: [https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/55930/2013\\_rev\\_tst\\_v0079\\_n0004.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/55930/2013_rev_tst_v0079_n0004.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 03 abr. 2021.
- CICONE, R.B.; MORAES, L.E.P. **História da Educação**. Londrina: Educacional S/A, 2016.
- DEJOURS, C. **Trabalho Vivo II: Trabalho e emancipação**. Tradução de Franck Soudant. São Paulo: Blucher, 2022.
- DELGADO, M. G. **Curso de direito do trabalho**. 18. ed. São Paulo: Ltr, 2019.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Trad. Waltensir Dutra. 21.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LIMA, M. S. L. Qual o lugar da didática no trabalho do professor. In: **Revista Eletrônica PesquisaEduca**. Porto Alegre/RS, v.3 n. 5, p. 89-101, jan./jun. 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. 1. ed. Lisboa, PT: Guerra e paz, 2016.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- MENDES, A. M. (Org.). **Psicodinâmica e Clínica do trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros**. Curitiba: Juruá, 2014.
- MERY, E. E. Saúde e cartografia do trabalho vivo. São Paulo. Hucitec, 2002. 189 p.
- Henington, É. A. (2008). Gestão dos processos de trabalho e humanização em saúde: reflexões a partir da ergologia. **Revista de Saúde Pública**, 42, 555-561.

PASCHOALINO, J. B. de Q.; ALTOÉ, A. **presenteismo e trabalho docente**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015.

RESENDE, D. P. Organização do trabalho na sociedade contemporânea. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho** da 3. Região. Belo Horizonte, v. 66, n. 102, item 01, p. 275-297, jul./dez. 2020.

PONCE, A. **Educação e lutas de classes**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PORTO, L. V. **A subordinação no contrato de emprego**: desconstrução, reconstrução e universalização do conceito Jurídico. 353 f. Mestrado em Direito - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SAFATLE, V.; JÚNIOR, N. da S.; DUNKER, C. (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1.ed. 4 reimp.; Belo Horizonte: Autêntica, 2023

SILVA, S. V. **“Para além do saber”**: a formação dos professores do pnaic e seu impacto na aprendizagem dos educandos do ciclo de alfabetização do município de Russas-Ceará. Orientador: José Eudes Baima Bezerra. 2018. Dissertação (Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino) Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2018.

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2. AMGH Editora, 2014.

**Recebido em:** 28/08/2025

**Aprovado em:** 29/11/2025